

Reserva Paulista Administradora de Parques S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do
auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 253CE-109-PB-RM1



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Reserva Paulista Administradora de Parques S.A.
São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Reserva Paulista Administradora de Parques S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Conforme descrito na nota explicativa nº 13, a Companhia mantém empréstimos junto à determinada instituição financeira, no montante total de R\$ 64.610 mil em 31 de dezembro de 2024 e, naquela data, a Companhia deixou de cumprir com determinadas obrigações relativas às cláusulas restritivas previstas naqueles contratos, ocasionando o vencimento antecipado da dívida. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não procedeu com a reclassificação do montante de R\$ 39.664 mil do passivo não circulante para o passivo circulante, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, o passivo circulante está registrado a menor e o passivo não circulante registrado a maior pelo respectivo montante.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 1.1 e 1.2 às demonstrações contábeis, que indicam que a Companhia incorreu em prejuízo no montante de R\$ 27.487 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, naquela data, o passivo circulante excedia o ativo circulante no montante de R\$ 33.030 mil. As ações que estão sendo tomadas pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e, conseqüentemente, a necessária geração de caixa, estão descritas nas Notas Explicativas nºs 1.1 e 1.2. Esses fatores, juntamente com outros mencionados nas citadas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As presentes demonstrações contábeis não refletem nenhum ajuste por conta dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi conduzido sob nossa responsabilidade, cujo relatório, emitido em 29 de maio de 2024, continha modificação relacionada ao assunto mencionado na seção “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de maio de 2025

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Clayton da Silva Codo
Contador CRC 1SP-234.906/O-1

Reserva Paulista Administradora de Parques S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.164	8.670
Contas a receber	6	2.075	2.957
Estoques	7	3.234	2.155
Impostos a recuperar	8	2.741	3.418
Contas a receber de partes relacionadas	9.1	-	392
Despesas antecipadas	-	604	439
Créditos diversos	-	1.476	444
Total do ativo circulante		11.294	18.475
Ativo não circulante			
Créditos diversos	-	24	-
Imobilizado	10	17.175	10.135
Intangível	11	185.236	163.302
Direito de uso	14.1	493	-
Total do ativo não circulante		202.928	173.437
Total do ativo		214.222	191.912

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reserva Paulista Administradora de Parques S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Fornecedores	12	6.851	4.142
Empréstimos	13	24.946	32.331
Passivo de arrendamento	14.2	498	-
Obrigações trabalhistas	-	2.364	1.739
Obrigações tributárias	-	562	746
Contas a pagar a partes relacionadas	9.3	-	594
Concessão de serviço público	15	1.938	1.640
Adiantamento de clientes	-	3.739	747
Receita diferida	16	2.303	2.307
Outras contas a pagar	-	1.123	879
Total do passivo circulante		44.324	45.125
Passivo não circulante			
Empréstimos	13	39.664	51.759
Concessão de serviço público	15	10.602	12.036
Receita diferida	16	39.992	42.295
Total do passivo não circulante		90.258	106.090
Patrimônio líquido			
Capital social	18.1	88.579	80.579
Adiantamento para futuro aumento de capital	18.2	63.090	4.660
Prejuízos acumulados	-	(72.029)	(44.542)
Total do patrimônio líquido		79.640	40.697
Total do passivo e do patrimônio líquido		214.222	191.912

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reserva Paulista Administradora de Parques S.A.

Demonstrações do resultado para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	19	70.045	63.775
Custo dos serviços prestados	20	(63.073)	(56.972)
Resultado bruto		6.972	6.803
Despesas operacionais			
Despesas comerciais, gerais e administrativas	21	(22.872)	(17.243)
Outras receitas / (despesas) operacionais	-	64	20
Total		(22.808)	(17.223)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(15.836)	(10.420)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	2.395	320
Despesas financeiras	22	(14.046)	(19.598)
Total		(11.651)	(19.278)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(27.487)	(29.698)
Imposto de renda e contribuição social	23	-	-
Prejuízo do exercício		(27.487)	(29.698)
Prejuízo por ação - R\$	18.5	R\$ (0,3103)	R\$ (0,3686)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reserva Paulista Administradora de Parques S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício		(27.487)	(29.698)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		(27.487)	(29.698)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reserva Paulista Administradora de Parques S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		68.579	2.000	(14.844)	55.735
Adiantamento para futuro aumento de capital	18.2	-	14.660	-	14.660
Aumento de capital	18.1	12.000	(12.000)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(29.698)	(29.698)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		80.579	4.660	(44.542)	40.697
Adiantamento para futuro aumento de capital	18.2	-	66.430	-	66.430
Aumento de capital	18.1	8.000	(8.000)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(27.487)	(27.487)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		88.579	63.090	(72.029)	79.640

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reserva Paulista Administradora de Parques S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(27.487)	(29.698)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	9.946	6.361
Baixa líquida de ativo imobilizado	(173)	-
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	-	103
Recomposição do ajuste ao valor presente	(1.761)	2.414
Juros incorridos sobre empréstimo e arrendamento	10.252	13.800
Atualização monetária sobre contas a pagar aquisição de ativo imobilizado	-	24
Atualização monetária sobre outorga fixa direito de uso do estacionamento	2.521	1.655
Apropriação da receita diferida	(2.307)	(1.504)
Total	(9.009)	(6.845)
(Aumento)/redução nos ativos:		
Contas a receber	882	(77)
Estoques	(1.079)	(679)
Impostos a recuperar	677	(575)
Contas a receber de partes relacionadas	392	74
Despesas antecipadas	(165)	62
Créditos diversos	(1.056)	118
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	2.709	(979)
Obrigações trabalhistas	625	248
Obrigações tributárias	(184)	168
Contas a pagar a partes relacionadas	(594)	(86)
Concessão de serviço público	(1.896)	(1.802)
Contas a pagar	-	(1.041)
Adiantamento de clientes	2.992	460
Receita diferida	-	46.106
Outras contas a pagar	244	176
Caixa líquido gerado nas/(consumido pelas) atividades operacionais	(5.462)	35.328
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(9.730)	(6.354)
Aquisição de ativo intangível	(28.842)	(25.651)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento	(38.572)	(32.005)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimo	4.864	19.534
Pagamento de principal e juros sobre empréstimo	(34.580)	(22.858)
Pagamento de arrendamento	(186)	-
Contas a pagar a partes relacionadas	-	(6.089)
Aumento de capital	8.000	12.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	58.430	2.660
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	36.528	5.247

Reserva Paulista Administradora de Parques S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(7.506)	8.570
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.670	100
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.164	8.670
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(7.506)	8.570

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Reserva Paulista Administradora de Parques S.A. (“Reserva Paulista” ou “Companhia”), uma sociedade anônima, de propósito específico, formada pela participação societária das empresas Oceanic Atrativos Turísticos S.A., Turita Participações Ltda., Geratec participações Ltda. e Egypt Engenharia e Participações Ltda., constituída em 16 de julho de 2021, com sede na Avenida Miguel Estéfano, São Paulo, SP.

A Companhia tem como objeto social, específica e exclusivamente, a realização das atividades descritas no Edital da concorrência internacional nº 02/2020 (“Concorrência”), e no contrato de Concessão (“Contrato de Concessão”) celebrado entre a Companhia e a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (“Poder Concedente”), compreendendo as atividades de administração de parques em geral e outras atividades de recreação não especificadas anteriormente.

Em 08 de setembro de 2021, a Companhia assinou contrato de concessão com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente (“SIMA”), para concessão de atividades de reforma, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área de concessão, correspondente à parcela territorial, realizando os investimentos de acordo com o caderno de encargos do edital da área correspondente da unidade de conservação Parque Estadual Fontes do Ipiranga, relativa ao Zoológico, Jardim Botânico, e da Fazenda localizada no município de Araçoiaba da Serra/SP, bem como pelo direito de uso do estacionamento da Universidade de São Paulo (USP), pelo período de 30 anos, tendo seu início em 1º de dezembro de 2021. O contrato de concessão prevê que a Companhia realize pagamento de outorga fixa e variável, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.

A Reserva Paulista venceu o leilão com uma oferta de outorga fixa no valor de R\$ 111.500 (representando um ágio de 132%), na data base de agosto de 2020. O valor da outorga fixa foi pago pela Companhia em 30 de julho de 2021, com os valores atualizados pelo IPC/Fipe entre os meses de agosto de 2020 a maio de 2021 (último mês divulgado), no montante de R\$ 119.283.

1.1. Principais ações para viabilizar a continuidade das operações do Zoológico pela iniciativa privada

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 26.090 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante da Companhia excedia o ativo circulante no montante de R\$ 31.986 mil.

Para fazer frente aos compromissos financeiros e investimentos na Companhia, em 29 de janeiro de 2024, foi aprovado o orçamento para o exercício de 2024, em Assembleia Geral, com o compromisso de aporte dos acionistas no valor mínimo de R\$ 36.000 mil. No decorrer do ano de 2024, o total aportado foi de R\$ 66.430 mil. Para o ano de 2025, espera-se que os recursos financeiros sejam captados por meio de instituições financeiras nas diversas modalidades, principalmente CCB e debênture.

A administração está dando continuidade à reestruturação da Companhia com a consultoria em gestão para melhoria de performance e aprimoramento da governança corporativa, com o objetivo de promover a sustentabilidade do negócio. Dentre as diversas ações de melhorias que estão sendo promovidas, podemos citar as seguintes:

- Promover o aprimoramento da governança corporativa;
- Avaliar possíveis desequilíbrios econômicos/financeiros;
- Construção de parcerias, patrocínios e incentivos;
- Implantar ferramentas de gestão de contratos;
- Planejamento financeiro de curto e médio prazo;
- Desenvolvimento de um RH mais estratégico.

Adicionalmente, em abril de 2024, o Grupo Oceanic assumiu a gestão da Companhia e com o apoio de sua equipe, está acelerando as mudanças e melhorias de performance da área Comercial nos pontos citados a seguir:

- Vendas de Ingressos;
- Canais B2B;
- Campanhas de Marketing;
- Mídias online e offline;
- Noite Animal;
- Locação de espaços para eventos e patrocínios.

Adicionalmente, foram realizadas algumas mudanças que já estão gerando melhores resultados:

- Internalização da venda de alguns produtos de Alimentos e Bebidas;
- Troca do operador de Alimentos e Bebidas;
- Internalização da operação de Fotos;
- Reforma do atrativo Mundo Dino e internalização da operação;

Os investimentos realizados ano de 2024 contemplaram:

- Reforma em 100 recintos;
- Reconstrução do hospital veterinário;
- Instalação de novas atrações (axeloché, pinguim, zebra, aves).

Em 2025, algumas obras terão impactos significativos para o futuro da Companhia. A reinauguração do Safari é a mais importante dela, pois será mais uma fonte de receita e irá conseguir diluir todos os custos e despesas referentes aos animais. Além da comercialização de ingressos, o Safari terá operação de Alimentação e Bebidas, Fotografias, Lojas, Estacionamento, podendo ter outras opções que incrementem ainda mais o faturamento. Com essa nova atração, estima-se um aumento de 40% a 50% de faturamento bruto baseado no realizado de 2024.

No Zoológico, alguns recintos estão em reforma para melhorar ainda mais o bem-estar animal e a experiência da visita, como por exemplo, o recinto do urso-de-óculos e os recintos de aves. A Tirolesa e a Fazendinha serão novas atrações, trazendo mais receita e atraindo mais visitantes. A construção de passarela entre o estacionamento e a entrada do Zoológico, além do conforto e facilidade aos visitantes irá inibir a atuação de ambulantes. Além de maior visibilidade e aumento de público, espera-se que as atrações complementares gerem um aumento de 5% a 10% de faturamento bruto.

No Jardim Botânico, acontecerão cada vez mais eventos, sendo exposições, shows, corridas. Também acontecerá a inauguração de um salão de eventos, colocando o Jardim Botânico no rol de opções de festa de casamento, debutante, eventos corporativos, dentre outros.

As ações propostas são contínuas e periodicamente avaliadas pela administração, buscando o equilíbrio financeiro e a manutenção de suas operações, contando com o aporte financeiro dos sócios, conforme a necessidade de caixa e até o momento do equilíbrio financeiro da Companhia.

Nesse contexto, a administração não tem conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

1.2. Reequilíbrio econômico e financeiro

Na data de 30 de maio de 2022, foi encaminhada à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo, uma notificação de desequilíbrio econômico do contrato de concessão nº 02/2022, contendo a identificação do evento de desequilíbrio, acompanhada das evidências de que a responsabilidade está alocada ao Poder Concedente, por tratar-se de fatos pretéritos desconhecidos e que não eram exigíveis que fossem conhecidos, porém aptos a impossibilitar a execução contratual tal como originalmente concebida, nos termos da cláusula 26.2 do Contrato de Concessão nº 02/2021.

Os procedimentos para definição dos itens, análise e aprovação do desequilíbrio econômico estão passando por verificação da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo, sendo que, em 1º de abril de 2024, houve encaminhamento de consulta sobre andamento do procedimento de apuração, com envio dos cálculos atualizados até a data base de março de 2024 do impacto no fluxo de caixa da Companhia, relativo aos itens destacados na notificação de desequilíbrio econômico do contrato para posterior resolução.

Até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia o pedido de reequilíbrio econômico continua em análise pelo poder concedente.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

A autorização, pela diretoria, para a emissão destas demonstrações contábeis ocorreu em 02 de maio de 2025.

2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos na Nota Explicativa nº 24 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

2.5. Continuidade

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

3. Políticas contábeis materiais

As práticas contábeis materiais adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do pagamento ou recebimento.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto e médio prazo, para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Contas a receber

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado e, quando aplicável, reduzido de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

3.4. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Os encargos financeiros dos financiamentos incorridos na fase de construção de bens integrantes do ativo imobilizado são capitalizados até o ativo entrar em operação.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos, é realizado anualmente caso tenha ocorrido qualquer indício de perda, e avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.

3.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis compreendem ao valor de concessão da outorga fixa do Zoológico de SP, Jardim Botânico e da Fazenda, da outorga fixa do direito de uso do estacionamento registrada a valor presente e os direitos de uso de software, sendo registrados ao custo de aquisição.

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão pública são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e OCPC - 05 Contratos de Concessão.

O reconhecimento inicial do ativo intangível é feito pelo custo de aquisição/construção, que contemplam ainda os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e das perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida com base no prazo de concessão. Quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

3.6. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

3.7. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no ingresso dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecido na demonstração do resultado ou capitalizado durante a fase de construção, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

3.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais, quando aplicáveis, são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a constitucionalidade de tributos.

3.11. Tributação

Impostos sobre as vendas

As receitas de serviços e venda de mercadorias estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 1,65%;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – 7,60%;
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%; e
- Imposto de Circularização sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) – de 7% a 18%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações contábeis e suas respectivas bases de cálculo (conhecidas como diferenças temporárias). Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que aumentem o lucro tributável no futuro. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que reduzam o lucro tributável no futuro e quaisquer prejuízos fiscais não utilizados ou créditos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são mensurados pelo maior valor que, com base no lucro tributável corrente ou futuro estimado, seja mais provável do que improvável que seja recuperado.

O valor contábil líquido de impostos diferidos ativos é revisado a cada data de balanço e ajustado para refletir a avaliação atual dos lucros tributáveis futuros. Quaisquer ajustes são reconhecidos em lucros e perdas.

O imposto diferido é calculado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao lucro tributável (prejuízo fiscal) dos períodos nos quais se espera que o imposto diferido ativo seja realizado ou que o imposto diferido passivo seja liquidado, com base nas alíquotas que tenham sido promulgadas ou substantivamente promulgadas até o final do período do relatório.

A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Imposto de Renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado.

3.12. Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O valor reconhecido como provisão corresponde a melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

3.13. Adiantamentos de clientes

A receita compreende o valor de recebimento antecipado de venda de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

3.14. Receita diferida

Correspondem aos recebimentos efetuados antecipadamente pelo direito de uso e exploração da área de estacionamento do Zoológico e Jardim Botânico, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

A Companhia celebrou contrato para direito de uso da área do Estacionamento para a empresa PB Administradora de Estacionamentos Ltda. A apropriação da receita é realizada pelo período do contrato. Estão classificados como passivo circulante e quando superior a 12 meses após a data do balanço, estão classificados no passivo não circulante.

3.15. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

A Companhia, baseada no modelo de cinco etapas da norma: **(i)** identificação de contratos com clientes; **(ii)** identificação de obrigações de desempenho nos contratos; **(iii)** determinar o preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e **(v)** reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem:

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria física e venda on-line) são reconhecidas no momento da visita do cliente ao parque.

O estacionamento da Companhia é operado por uma empresa terceira. As receitas decorrentes dessa operação são reconhecidas de acordo com o percentual de utilização do estacionamento a título de locação de espaço ao final de cada mês.

As receitas provenientes de contratos de locação são reconhecidas no resultado à medida que os prazos dos contratos vão incorrendo com base na vigência e característica dos contratos.

Receitas com mercadorias: As vendas de *souvenirs* são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

Receita e despesa financeira

A receita financeira está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados juntamente com o investimento.

3.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.17. Contratos de concessão ICPC 01 (R1)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance.

Quando incorridos, investimentos com a infraestrutura, dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere a Companhia o direito de controle do uso e posse da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura em virtude da prestação de serviços públicos em nome do poder concedente, nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo determinado.

A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, a não ser em revisões extraordinárias do contrato com vistas à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dele.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo remanescente do contrato de concessão.

3.18. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

A administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto: **(a)** no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto; **(b)** nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: **(i)** o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: **(i)** o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

A Companhia classifica seus ativos financeiros em: **(i)** valor justo por meio do resultado; e **(ii)** custo amortizado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Com exceção das aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, que são mensuradas ao valor justo por meio do resultado, os demais ativos financeiros (contas a receber) são classificados como custo amortizado.

ii) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado (“VJR”) ou custo amortizado, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos, contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e concessão de serviço público.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

iii) Desconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

a) Novas normas e pronunciamentos adotados no exercício corrente

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 16/CPC 06 (R2)	Alterações que acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.
IAS 1/CPC 26	Alterações que esclarecem aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Além disto, esclarece que apenas <i>covenants</i> a serem cumpridos em, ou antes, do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.
IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7	Alterações que esclarecem que a entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.

A adoção das alterações não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações contábeis da Companhia.

b) Novas normas, revisões e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Descrição	Vigência
CPC 02 (R2) Efeito das mudanças nas taxas de câmbio / IAS 21	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis que exigirão que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda.	A partir de 1º de janeiro de 2025
OCPC 10 - Créditos de carbono	Estabelece normas específicas para o reconhecimento mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização	A partir de 1º de janeiro de 2025

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

Norma	Descrição	Vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros/IFRS <i>Financial instruments</i> 9 e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação/IFRS 7	O IASB traz esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados a ESG e desreconhecimento para liquidação dos passivos e ativos financeiros, além de introduzir requisitos de divulgação adicionais em relação a investimentos em instrumentos de patrimônio designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes.	A partir de 1º de janeiro de 2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação em Demonstrações contábeis	Substitui o IAS 1 (CPC 26) e traz mudanças em relação a apresentação de categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado Divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração.	A partir de 1º de janeiro de 2027

A administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais normas emitidas pelo IASB e CPC possam ter em suas demonstrações contábeis, à medida em que os normativos são regulamentados. Exceto pelo IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações contábeis, que resultará em uma alteração completa das demonstrações dos resultados, a Companhia não espera impactos significativos das demais normas nas demonstrações contábeis.

4. Contrato de concessão

O Contrato tem por objetivo a concessão de atividades de reforma, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área de concessão, correspondente à parcela territorial, realizando os investimentos de acordo com o caderno de encargos do edital.

No período compreendido entre setembro de 2021 até 30 de novembro de 2021, houve uma gestão compartilhada entre SIMA, Fundação Parque Zoológico, Instituto de Botânica e Reserva Paulista. No dia 1º de dezembro de 2021, a Reserva Paulista assumiu total responsabilidade sobre a gestão, a partir da assinatura do Termo de Entrega do Bem Público, que ocorreu em 30 de novembro de 2021.

Caberá à Companhia o recebimento de receitas, especialmente em razão da exploração direta ou indireta, nos termos do contrato de concessão, da área da concessão, incluindo, mas sem limitação, a exploração da bilheteria e unidades geradoras de caixa, excluindo-se desse rol, as receitas decorrentes de aplicações no mercado financeiro, valores recebidos de seguros e por indenizações ou penalidades pecuniárias decorrentes de contratos celebrados entre a Companhia e terceiros. Para tais Receitas, deverá a Companhia repassar o valor de 0,5% ao Poder Concedente (Ônus de fiscalização).

Excluem-se dessas Receitas, sendo consideradas, portanto, receitas adicionais, à exploração econômica da Fazenda, assim como as decorrentes de publicidade, patrocínios, *naming rights*, direitos de imagem e assemelhados. Para as receitas adicionais, deverá a Companhia repassar o valor de 15% ao Poder Concedente.

A Companhia pagará à concedente, a partir do 13º mês contado a partir da assinatura do termo de entrega do bem público e durante todo o prazo de concessão, outorga variável no montante de 1% de sua receita, sujeita a variação adicional por desempenho entre 0 e 10 p.p. incrementais, a partir do 25º mês.

A outorga variável sobre a receita adicional será calculada na fração de 15% sobre a receita auferida e dependerá de prévia comunicação ao Concedente, apresentando a minuta dos contratos celebrados, o prazo de vigência dos contratos, estimativa de valores, preço a serem praticados, natureza das atividades a serem exploradas.

A Companhia pagará ao Concedente, ônus de fiscalização, correspondente a 0,5% de suas receitas durante o prazo de concessão.

O prazo da concessão é de 30 anos, contados da data de assinatura do termo de entrega do bem público.

Bens integrantes da concessão

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Companhia, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, fauna, flora, dentre outros. Os ativos recebidos correspondem ao direito de exploração em função da outorga fixa paga.

Obrigações e compromissos com o poder concedente

A Companhia terá como principais obrigações, realização de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da parcela territorial contida dentro dos limites da unidade de conservação parque estadual fontes do Ipiranga, relativa ao Zoológico, ao Jardim Botânico e à Fazenda localizada no Município de Araçoiaba da Serra, todas delimitadas de acordo com o perímetro descrito e detalhado no Anexo I do edital da concorrência internacional nº 02/2021 autorizada pela Lei Estadual nº 17.107 de 04 de julho de 2019, incluindo a elaboração de projetos, a realização das obras e investimentos, a prestação de serviços e a exploração econômica de atividades de manejo, educação ambiental, recreação, lazer, cultura, ecoturismo e visitação, com os serviços associados, sempre mantendo as vocações de cada um dos equipamentos, observadas as condições estabelecidas no Contrato de Concessão, nos anexos do Edital e na legislação aplicável.

Dentre os encargos previstos no Contrato de Concessão e seus Anexos, conforme previsão contratual, as atividades e usos permitidos, bem como os investimentos mínimos iniciais e os encargos da concessão, estão previstos e detalhados nos Anexos I, III e XII do Contrato de Concessão, sendo que, dentre eles, constam as seguintes obrigações e compromissos, a serem implementadas, cada qual com seu referido prazo de implementação estabelecido no instrumento contratual:

- Implementar regras de Governança Corporativa e implantar Política de Transações com as Partes Relacionadas;
- Realizar Certificação ISO 9001, 14001, 45001;
- Implantar uma solução de conexão interna entre Fauna-Zoológico e Flora-Jardim Botânico;
- Implantar uma solução de transporte motorizado entre o Jd. Botânico e Zoológico;
- Desenvolver solução e prover a mitigação dos impactos à fauna silvestre nativa do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, inerente à área de concessão;
- Desenvolver solução de comunicação e sinalização em pelo menos 3 idiomas;
- Prover as intervenções de melhoria, manutenção e operação do espaço destinado ao berçário de filhotes do plantel;
- Realizar as reformas necessárias de forma a alcançar os parâmetros de qualidade das edificações do núcleo técnico e núcleo de visitação;
- Reorganizar a estrutura dos espaços físicos de forma a manejar o Plantel, onde o visitante poderá vivenciar uma experiência de imersão;
- Garantir, em toda a área, acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- Elaborar e implantar um projeto expo gráfico focado na Educação Ambiental para todos os circuitos de visitação;
- Finalizar a implantação do uso pretendido da área do atual Núcleo Zoo Safári;
- Realizar melhorias no estacionamento, contendo pelo menos Bicicletário;
- Construir uma nova infraestrutura localizada no estacionamento existente para abrigar, pelo menos, uma estrutura de comercialização de acesso (bilheteria);
- Prover uma solução de transposição aérea Conexão Elevada entre o Estacionamento e a Entrada do Zoológico;

- Requalificar o acesso ao Zoológico, remodelando a bilheteria e o controle de acesso, assim como implantando um novo centro de visitantes;
- Implantar uma área de parada para veículos de transporte coletivo e individual, com adequado espaço para embarque e desembarque de visitantes;
- Requalificar a praça de acesso ao Zoológico;
- Implantar uma estrutura concentrada de pelo menos 3.800m², em área isolada, com fluxo operacional interno e independente, a qual será utilizada pela Fundação Parque Zoológico de SP para pesquisas específicas;
- Implantar melhorias na rede de esgotamento sanitário, atendendo a legislação vigente e ao licenciamento ambiental;
- Realizar melhorias de urbanização das vias internas compostas pelas ruas e calçadas de todo o perímetro de concessão, entre outros equipamentos urbanos;
- Executar a reforma e ampliação do Hospital Veterinário;
- Realizar as reformas necessárias à composteira, de forma a alcançar os parâmetros de qualidade das edificações;
- Realizar as reformas necessárias para os parâmetros de qualidade das edificações em todas as edificações que permanecerão sob responsabilidade do Concedente ou da Fundação Parque Zoológico de SP;
- Prover a separação física entre área de concessão – Fazenda e a área destinada ao Centro de Conservação de Animais Silvestres (CECAU-I);
- Realizar as reformas necessárias no Núcleo Técnico de forma a alcançar os parâmetros de qualidade das edificações;
- Garantir, em toda a área de uso público do Jardim Botânico, acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- Reestruturar o restaurante existente no Jardim Botânico (Ampliação do salão e ter uma condição de transparência que permita conectar visualmente);
- Realizar a revitalização do brejo, no Jardim Botânico, garantindo o correto funcionamento da condução das águas pluviais por meio do sistema de drenagem;
- Prover uma solução de transposição aérea (Conexão Elevada entre o estacionamento e a entrada do Jardim Botânico);
- Requalificar a praça de acesso ao Jardim Botânico;
- Implantar uma área de parada para veículos de transporte coletivo e individual;
- Implantar melhorias na rede de esgotamento sanitário, atendendo à legislação vigente e ao licenciamento ambiental;
- Implantar melhorias na rede de drenagem do equipamento;
- Realizar melhorias de urbanização das áreas externas compostas pelas ruas e calçadas de todo o perímetro de concessão entre outros equipamentos urbanos;
- Realizar a drenagem do Lago dos Bugios e a revisão da drenagem geral da conexão entre os lagos existentes, visando a conservação deles;
- Concluir a construção de novo edifício para acomodar os usos remanejados da área de visitação;
- Realizar a reforma da trilha da nascente e garantindo acessibilidade universal;
- Concluir as reformas necessárias nas edificações especificadas que permanecerão com o Instituto de Botânica (IBT), para adequação de edificações que receberão usos remanejados da área de visitação: e
- Fomentar e apoiar atividades de pesquisa científica, de inovação tecnológica e de conservação ambiental.

A Companhia poderá explorar livremente a área de concessão, desde que observadas as seguintes condições:

- i)** Seja preservada a natureza de uso comum do povo e os objetivos da criação da Unidade de Conservação Parque Estadual Fontes do Ipiranga, especialmente da área da concessão;
- ii)** Seja mantida a vocação e a utilização do Zoológico, como um zoológico e do Jardim Botânico como um jardim botânico Classe A, nos termos das legislações aplicáveis;
- iii)** No caso de exploração da Fazenda, as atividades sejam:
 - a)** Majoritariamente complementares ou de apoio ao Zoológico ou ao Jardim Botânico, resguardada a possibilidade de alienação de excedente em caso de produção de alimentos ou de mudas; ou
 - b)** Envolvam empreendimento de uso e manejo de fauna silvestre e/ou fauna exótica, com ou sem visitação pública e legalmente autorizado em categoria sem fins comerciais.
- iv)** Sejam observados as normas, os padrões e os procedimentos dispostos no plano de manejo da unidade de conservação Parque Estadual Fontes do Ipiranga e no plano diretor do Jardim Botânico;
- v)** Que as obras e intervenções que envolvam demolição, reforma ou construção de novas estruturas contem com a aprovação prévia por parte do poder concedente, representado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente (“SIMA”), na forma do Anexo III do Edital; e
- vi)** Deverá assegurar acesso de representantes da SIMA, da Fundação Parque Zoológico de SP e do Instituto de Pesquisas Ambientais na área da concessão, a fim de que possam ser realizadas as atividades inerentes às suas funções institucionais, tais como a pesquisa e a gestão ambiental do Parque Estadual Fontes do Ipiranga, dentre outros.

Constitui obrigação da Companhia a realização das atividades de operação do Zoológico e Jardim Botânico e a manutenção de seu constante e permanente funcionamento, observadas as regras e melhores práticas de manejo de ativos biológicos tanto da fauna como da flora, priorizando o bem-estar animal e a manutenção de coleções representativas da flora, visando promover, efetivamente, a conservação da biodiversidade. Deverá ainda, a Companhia construir novas instalações, bem como fomentar e apoiar atividades de pesquisa científica, de inovação tecnológica e de conservação ambiental desenvolvidas pela Fundação Parque Zoológico de SP, pelo Instituto de Pesquisas Ambientais ou por outro ente sem finalidade lucrativa voltado à pesquisa, ou respectivos pesquisadores.

Contrapartida Estacionamento USP

Considerando a existência de ativos de propriedade parcial da Universidade de São Paulo (USP) na área da concessão, o Anexo XX do contrato de concessão trata das diretrizes de convivência e compartilhamento de áreas e ativos entre a Companhia e a USP.

As diretrizes de conveniência são uma via de comunicação sólida entre as partes envolvidas, facilitando a organização e o desenvolvimento dos serviços e atividades cujas interfaces ao longo do prazo da concessão.

Os objetivos das diretrizes de convivência entre a Companhia e a USP são, dentre outros:

- i)** Promover a organização da convivência e da realização de atividades da USP e da Companhia na área de concessão;
- ii)** Promover a utilização adequada e remunerada do ativo da USP situado na área de concessão; e
- iii)** Estabelecer diretrizes e ações a serem adotadas visando à mitigação de riscos decorrentes das atividades em regime de convivência.

Conforme o parágrafo III e IV da cláusula 2.1 são obrigações da Companhia:

III) *Pagar anualmente à USP, em contrapartida ao uso da área do estacionamento, o montante de R\$ 1.500 atualizado anualmente pelo IPC/Fipe, em conta específica a ser indicada pela USP. O primeiro pagamento deverá ser realizado até 5º (quinto) dia útil do 13º (décimo terceiro) mês contado da data de assinatura do contrato e, anualmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês de aniversário do contrato.*

IV) *Em caso de atraso no pagamento anual à USP, será aplicada multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês, calculados pro rata die, que serão devidos também à USP.”*

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	191	25
Bancos conta movimento	65	471
Aplicações financeiras	908	8.174
Total	1.164	8.670

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por fundo de investimentos em renda fixa, com remuneração média de 94% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

6. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de bilheteria	1.293	2.324
Clientes locação de uso de espaços (a)	694	487
Contas a receber de locação fazenda (b)	191	200
Contas a receber cessão de uso do estacionamento	-	49
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (c)	(103)	(103)
Total	2.075	2.957

O saldo de contas a receber tem características de vencimento em curto prazo, dado que o maior vencimento se refere às vendas de bilheteria com cartão de crédito e locação de uso de espaço, cujo vencimento é de aproximadamente 30 dias após a venda. O risco de insolvência é quase nulo, dado que as vendas a prazo são recebidas exclusivamente com cartão de crédito.

(a) O saldo referente à locação de espaços é apurado mensalmente e pago no início do mês seguinte, reduzindo a possibilidade de inadimplência;

(b) O saldo das contas a receber de locação da fazenda possui características próprias, com vencimento das parcelas uma vez ao ano e é recebido por meio de transferência bancária, conforme descrito na cláusula 2.1 do contrato de arrendamento; e

(c) A perda estimada com crédito de liquidação duvidosa-PECLD foi constituída com base no valor a receber do prestador de serviço Photo Park Soluções Fotográficas Ltda., que ocorreu a dissolução do contrato de locação de espaço físico devido à falta de interesse por parte da Companhia em dar continuidade à vigência do contrato.

7. Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Mercadorias para revenda nas lojas (suvenires)	2.262	1.623
Insumos alimentação animal	320	289
Almoxarifado	449	224
Insumos de veterinária	203	19
Total	3.234	2.155

8. Impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
COFINS a recuperar	2.149	2.714
PIS a recuperar	469	623
IRRF a recuperar	99	53
Outros impostos a recuperar	24	28
Total	2.741	3.418

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

O saldo de PIS e COFINS a recuperar é decorrente da Companhia ter aderido ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) em abril de 2022. Desde então, a Companhia tem realizado o recolhimento de PIS e COFINS apenas para as receitas que não se enquadram no benefício do Perse, tais como PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e arrendamento da fazenda, o que resulta na compensação de uma pequena parte do crédito apurado.

Vedação da apropriação de créditos de PIS e COFINS no âmbito do Perse

Em 20 de dezembro de 2022, foi aprovado a medida provisória nº 1.147/2022 que deixa vedado a apropriação dos créditos de PIS e COFINS a partir de 1º de abril de 2023 no âmbito do Perse. De acordo com o texto, a partir de abril de 2023, o disposto no art. 17 da Lei nº 11.033 de 21 de dezembro de 2004, não se aplicava aos créditos vinculados às receitas decorrentes das atividades do setor de eventos. Diante disso, após a aprovação da medida provisória, a Companhia fez a manutenção dos saldos de créditos de PIS e Cofins relativos as receitas que se enquadram no benefício do Perse até 31 de março de 2023 e passou a registrar novos créditos apenas para as atividades de arrendamento e vendas da fazenda, que não se enquadravam nas atividades beneficiadas no Perse.

9. Partes relacionadas

São realizadas transações entre partes relacionadas de acordo com características próprias acordadas entre as partes, as quais podem ser diferentes das condições usuais de mercado. Apresentamos seus valores a seguir:

9.1. Contas a receber de partes relacionadas:

Ativo	Natureza da operação	31/12/2024	31/12/2023
Reserva Novos Parques Urbanos S.A.	Reembolso serviços compartilhados	-	392

9.2. Movimentação do contas a receber de partes relacionadas

Descrição	R\$
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2022	466
Emissão de notas de débitos	4.745
(-) Pagamentos das notas de débitos	(4.819)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2023	392
Emissão de notas de débitos	1.050
(-) Pagamentos das notas de débitos	(1.442)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2024	-

Conforme convênio de rateio celebrado entre ambas as Companhias, assinado em 1º de outubro de 2022, o contrato terá vigência de 5 (cinco) anos. Ficou definido que a Reserva Novos Parques Urbanos reembolsaria a Companhia pelos serviços administrativos compartilhados de acordo com o controle de gastos mensais.

9.3. Contas a pagar a partes relacionadas:

Passivo	Natureza da operação	31/12/2024	31/12/2023
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	Prestação de serviços	-	294
Subtotal		-	294
Reserva Novos Parques Urbanos S.A.	Reembolso de serviços compartilhados	-	300
Subtotal		-	300
Total geral		-	594

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

9.4. Movimentação do contas a pagar a partes relacionadas

Descrição	Natureza da operação	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial		594	6.769
Permuta Rádio Globo	Prestação de serviços	-	600
(-) Pagamento da permuta	Prestação de serviços	(300)	(300)
Provisão de notas fiscais	Prestação de serviços	294	-
Reversão de provisões de notas fiscais	Prestação de serviços	(378)	(680)
Emissão de notas fiscais	Prestação de serviços	-	1.562
(-) Pagamentos das notas fiscais	Prestação de serviços	(210)	(1.268)
Subtotal		(594)	(86)
(-) Reversão dos encargos financeiros e juros	Contrato de mútuo	-	(89)
(-) Pagamentos do contrato de mútuo	Contrato de mútuo	-	(6.000)
Subtotal		-	(6.089)
(=) Saldo em 31 de dezembro		-	594

9.5. Transações com partes relacionadas na demonstração do resultado

Descrição	Natureza da operação	31/12/2024	31/12/2023
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	Prestação de serviços	(84)	1.272
Oceanic Atrativos Turísticos S.A.	Prestação de serviços	-	160
Egypt Engenharia e Participações Ltda.	Prestação de serviços	-	130
Subtotal		(84)	1.562
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	Reversão de Juros e IOF	-	(35)
	Juros e IOF		
Oceanic Atrativos Turísticos S.A.	Reversão de Juros e IOF	-	(31)
	Juros e IOF		
Turita Participações Ltda.	Reversão de Juros e IOF	-	(9)
	Juros e IOF		
Era Técnica Engenharia e Construções	Reversão de Juros e IOF	-	(6)
	Juros e IOF		
Pavienge Terraplanagem e Pavimentação	Reversão de Juros e IOF	-	(2)
	Juros e IOF		
Egypt Engenharia e Participações Ltda.	Reversão de Juros e IOF	-	(6)
	Juros e IOF		
Subtotal		-	(89)
Total		(84)	1.473

9.6. Remuneração da administração

A remuneração da administração, que compreende a benefícios de curto prazo, totalizou:

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração da administração	2.423	1.573

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

10. Imobilizado

Composição do ativo imobilizado líquido:

	% - Taxa anual de depreciação	31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	4.939	(1.219)	3.720	2.075
Equipamentos de informática	20	453	(83)	370	41
Móveis e utensílios	10	1.020	(155)	865	243
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	5.973	(586)	5.387	1.104
Instalações	10	58	(2)	56	3
Carrinhos Zoológico	10	568	(161)	407	16
Benfeitorias área técnica	20	4.771	(1.231)	3.540	3.993
Benfeitorias fazenda	20	429	(97)	332	324
Benfeitorias civil, elétrica e marcenaria	20	2.826	(1.228)	1.598	2.207
Benfeitorias Jardim Botânico	20	169	(35)	134	118
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	11
Veículos	10	661	(11)	650	-
Animais	7 a 20	125	(9)	116	-
Total		21.992	(4.817)	17.175	10.135

A movimentação do ativo imobilizado encontra-se demonstrada a seguir:

	31/12/2023	Adição	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2024
Máquinas, equipamentos e ferramentas	2.075	1.893	173	-	(421)	3.720
Equipamentos de informática	41	376	-	-	(47)	370
Móveis e utensílios	243	690	-	-	(68)	865
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.104	4.814	-	-	(531)	5.387
Instalações	3	55	-	-	(2)	56
Carrinhos Zoológico	16	466	-	-	(75)	407
Benfeitorias área técnica	3.993	507	-	(24)	(936)	3.540
Benfeitorias fazenda	324	95	-	35	(122)	332
Benfeitorias civil, elétrica e marcenaria	2.207	3	-	-	(612)	1.598
Benfeitorias Jardim Botânico	118	45	-	-	(29)	134
Imobilizado em andamento	11	-	-	(11)	-	-
Veículos	-	661	-	-	(11)	650
Animais	-	125	-	-	(9)	116
Total	10.135	9.730	173	-	(2.863)	17.175

	31/12/2022	Adição	Transferência	Depreciação	31/12/2023
Máquinas, equipamentos e ferramentas	2.381	134	76	(516)	2.075
Equipamentos de informática	213	74	(214)	(32)	41
Móveis e utensílios	386	83	(175)	(51)	243
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.694	1.650	(2.107)	(133)	1.104
Instalações	1.044	3	(1.036)	(8)	3
Carrinhos Zoológico	-	102	-	(86)	16
Benfeitorias área técnica	-	3.886	384	(277)	3.993
Benfeitorias fazenda	-	329	4	(9)	324
Benfeitorias civil, elétrica e marcenaria	-	73	2.516	(382)	2.207
Benfeitorias Jardim Botânico	-	-	124	(6)	118
Imobilizado em andamento	-	20	(9)	-	11
Total	5.718	6.354	(437)	(1.500)	10.135

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

Os itens de ativo imobilizado referem-se a ativos que não estão vinculados diretamente a concessão.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia avaliou não ser necessário o reconhecimento de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

11. Intangível

Composição do ativo intangível líquido:

	% - Taxa anual de depreciação	31/12/2024		31/12/2023	
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Outorga fixa do Zoológico de SP, Jardim Botânico e da Fazenda - (a)	3,33	119.283	(12.260)	107.023	110.999
Juros capitalizados outorga fixa - (a)	3,33	3.744	(386)	3.358	3.483
Softwares	20	1.808	(512)	1.296	1.032
Software em andamento	-	213	-	213	-
Outorga fixa direito de uso estacionamento - (c) e (d)	3,33	11.036	(1.601)	9.435	9.954
Juros capitalizados estacionamento - (c) e (d)	3,33	6.164	(158)	6.006	6.060
Melhorias na infraestrutura	3,33	51.673	(2.048)	49.625	18.078
Melhorias na infraestrutura em andamento - (e)	-	7.892	-	7.892	13.379
Marcas e patentes	-	388	-	388	317
Total		202.201	(16.965)	185.236	163.302

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

A movimentação do ativo intangível encontra-se demonstrada a seguir:

	31/12/2023	Adição	Baixa	Transferência	Amortização	31/12/2024
Outorga fixa do Zoológico de SP, Jardim Botânico e da Fazenda - (a)	110.999	-	-	-	(3.976)	107.023
Juros capitalizados outorga fixa - (a)	3.483	-	-	-	(125)	3.358
Softwares	1.032	527	-	-	(263)	1.296
Software em andamento	-	213	-	-	-	213
Outorga fixa direito de uso estacionamento - (c) e (d)	9.954	-	-	-	(519)	9.435
Juros capitalizados estacionamento - (c) e (d)	6.060	-	-	-	(54)	6.006
Melhorias na infraestrutura	18.078	5.812	-	27.706	(1.971)	49.625
Melhorias na infraestrutura em andamento - (e)	13.379	22.219	-	(27.706)	-	7.892
Marcas e patentes	317	71	-	-	-	388
Total	163.302	28.842	-	-	(6.908)	185.236

	31/12/2022	Adição	Transferências (f)	Amortização	31/12/2023
Outorga fixa do Zoológico de SP, Jardim Botânico e da Fazenda (a)	114.976	-	-	(3.977)	110.999
Juros capitalizados outorga fixa (a)	3.609	-	-	(126)	3.483
Softwares (b)	785	350	22	(125)	1.032
Outorga fixa direito de uso estacionamento (c) e (d)	10.474	-	-	(520)	9.954
Juros capitalizados estacionamento (c) e (d)	6.114	-	-	(54)	6.060
Melhorias na infraestrutura	1.592	-	16.545	(59)	18.078
Melhorias na infraestrutura em andamento (e)	4.154	25.284	(16.059)	-	13.379
Marcas e patentes	371	17	(71)	-	317
Total	142.075	25.651	437	(4.861)	163.302

(a) Direito de outorga fixa do Zoológico de SP, Jardim Botânico e da Fazenda localizada no município de Araçoiaba da Serra - SP

Como condição para assinatura do contrato, a Companhia realizou o pagamento único no valor de R\$ 119.283 a título de outorga fixa, conforme cláusula décima segunda do contrato de concessão.

A amortização será de acordo com o contrato de concessão que é de 30 anos contados da data de assinatura do Termo de Entrega do Bem Público.

As despesas financeiras provenientes da atualização da dívida foram capitalizadas. A parcela capitalizada foi calculada de maneira proporcional ao início da operação da concessão e serão amortizados pelo prazo de concessão. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na

Nota Explicativa nº 4.

(b) Softwares

Os valores constantes neste grupo referem-se aos investimentos iniciais para implantação do sistema ERP.

A amortização dos direitos de uso de *software* é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

(c) Outorga fixa direito de uso estacionamento

Refere-se a outorga fixa decorrente do direito de uso do estacionamento da USP.

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga do direito de uso do estacionamento foi reconhecida e ajustada a valor presente, utilizando-se o custo médio ponderado de capital (“WACC”), e terá sua amortização de acordo com o prazo de concessão que é de 30 anos.

As despesas financeiras provenientes da atualização da dívida foram capitalizadas. A parcela capitalizada foi calculada de maneira proporcional ao início da operação da concessão e serão amortizados pelo prazo de concessão. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na Nota Explicativa nº 4.

(d) Revisão da data base de atualização juros outorga fixa do estacionamento

Em outubro de 2022, foi verificada uma incoerência entre a Companhia e o Poder Concedente, no que diz respeito a data base para início da correção dos juros da Outorga Fixa do Estacionamento, que para a Companhia, deveria ser a data de assinatura do contrato de concessão, que foi no dia 08 de setembro de 2021, mas o Poder Concedente tinha como entendimento que a data base para correção deveria ser agosto de 2020.

Diante da divergência, a Companhia entrou com um processo na Procuradoria Geral do Estado, para consultoria jurídica da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, com o objetivo de obter um parecer do Estado para determinar qual a data base de correção dos juros do contrato de concessão. Em novembro de 2022, saiu a decisão e foi determinado que a Companhia deve utilizar como referência para correção dos juros do contrato de concessão o mês de agosto de 2020, na forma das Cláusulas Segunda, Terceira e Quadragésima Segunda do Contrato, bem como do inciso III do item 2.2.1 do Anexo XX.

Com base no parecer da Procuradoria Geral do Estado, a Companhia realizou a correção nos saldos da Outorga Fixa do Estacionamento, no montante de R\$ 1.573, tendo como contrapartida a conta do passivo - Concessão de serviço público. Vide Nota Explicativa nº 15.

(e) Melhorias na infraestrutura em andamento

Os itens classificados na rubrica referem-se aos projetos de melhoria de infraestrutura previstos no edital de concessão que farão parte do ativo intangível e que serão executados até o quinto ano da concessão. Sua amortização será realizada de acordo com o prazo remanescente do contrato de concessão e só serão amortizadas quando da conclusão de cada projeto.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

Previsão de entrega dos projetos de melhoria de infra

Nome da obra	Previsão de entrega	Valor
Projeto Jardim Botânico - Controle de Acesso Bilheteria	1º semestre de 2025	78
Projeto Zoológico - Manutenção Geral Paisagismo	1º semestre de 2025	2.223
Projeto Masterplan	Até 5º ano	2.499
Projeto Zoológico - Conexão Elevada Estacionamento	2º semestre de 2025	101
Projeto Zoológico - Berçário Alameda das Aves	1º semestre de 2025	85
Projeto Jardim Botânico - Revitalização Deck	1º semestre de 2025	334
Projeto Zoológico - Melhorias Recinto Urso	1º semestre de 2025	464
Projeto Zoológico - Atualização Comunicação Visual	1º semestre de 2025	384
Projeto Zoológico - Ceafau li	1º semestre 2026	575
Projeto Zoológico - Tirolesa	2º semestre de 2025	405
Projeto Jardim Botânico - Bumarufe	1º semestre de 2025	122
Projeto Zoológico - Fazendinha	1º semestre de 2025	138
Projeto Zoológico - O Caminho Da Serpente	1º semestre de 2025	118
Projeto Jardim Botânico - Estacionamento	1º semestre de 2025	53
Projeto Safari - Obras E Reformas	2º semestre de 2025	232
Projeto Zoológico - Reforma Fazenda Matão	1º semestre de 2025	26
Projeto Jardim Botânico - Borboletário	1º semestre 2026	55
Total		7.892

(f) Transferências do ativo imobilizado para o intangível

As transferências de ativo imobilizado e ativo intangível referem-se a aquisições de materiais e serviços tomados, que são escriturados como benfeitorias. Posteriormente, essas benfeitorias são transferidas para o intangível e classificadas de acordo com cada projeto existente. Estes projetos correspondem aos encargos pré-estabelecidos no edital e são denominados como encargos de editais. Uma vez finalizados, os projetos são transferidos de “melhoria na infraestrutura em andamento” para “melhorias na infraestrutura”.

12. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a pagar de prestadores de serviços	3.130	1.643
Fornecedores de aquisição de mercadoria para revenda	699	196
Fornecedores de insumos	969	397
Fornecedores de insumos para alimentação animal	294	161
Fornecedores de insumos para veterinária	62	242
Fornecedores aquisição de ativo imobilizado	1.630	1.274
Demais fornecedores	67	229
Total	6.851	4.142

O saldo de fornecedores é composto principalmente por obrigações com fornecedores de serviços para a operação (serviços de tratadores, segurança, orientação a visitantes, paisagismo, limpeza etc.), desenvolvimento de *branding*, honorários advocatícios e gastos para atendimento das obrigações do edital de concessão.

O aumento do saldo de fornecedores em relação a data base anterior se deve, principalmente, pelo processo de reestruturação que está sendo realizado pela Companhia. Ademais, aquisição de ativo imobilizado pelo aumento de volume na contratação de serviços e compra de materiais para execução de obras, tendo em vista as obras por obrigação de edital que foram intensificadas neste ano de 2024.

13. Empréstimos

Instituição Financeira	Modalidade	Taxa média	Vencimento final	31/12/2024	31/12/2023
Banco Itaú	CCB	CDI + 3,90% a.a.	1º de agosto de 2028	57.903	75.518
Banco Itaú	CCB	CDI + 4,28% a.a.	18 de março de 2025	1.817	8.572
Banco Daycoval	CCB	CDI + 5,78% a.a.	18 de dezembro de 2029	4.890	-
Total				64.610	84.090
Circulante				24.946	32.331
Não circulante				39.664	51.759
Total				64.610	84.090

Comentários sobre as principais modalidades em 31 de dezembro de 2024

Cédulas de Crédito Bancário (CCB): Recurso captados para que a Companhia realizasse o pagamento de parte da outorga fixa do Zoológico de SP, Jardim Botânico e da Fazenda e para utilização como capital de giro da Companhia. Essas foram realizadas a uma taxa anual média de CDI+ 3,90% a 5,78% a.a., sendo apresentado como garantia aval dos acionistas.

Movimentação dos empréstimos

Descrição	Valor
Saldo inicial	73.614
Captações	19.534
Juros incorridos	13.800
Pagamento de principal	(19.975)
Pagamento de juros	(2.883)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	84.090
Captações	4.864
Juros incorridos	10.236
Pagamento de principal	(23.809)
Pagamento de juros	(10.771)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	64.610

Composição da parcela de longo prazo

O fluxo de pagamento da parcela de longo encontra-se demonstrada a seguir:

Ano	Valor
2026	14.164
2027	14.300
2028	9.950
2029	1.250
Total	39.664

Cláusulas de restrição covenants

Os saldos de empréstimos possuem cláusulas restritivas para cumprimento de determinados indicadores financeiros (covenants) onde a dívida bruta, no exercício social de 2024, não pode ultrapassar R\$ 130.000, conforme definido nos termos dos contratos de empréstimos.

As demais cláusulas restritivas estão relacionadas à dívida líquida sobre o Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização – Lajida e dividendos, não podendo ultrapassar 3%, conforme definido nos termos dos contratos de empréstimos.

A verificação do cumprimento das cláusulas restritivas ocorre anualmente, no encerramento do exercício social da Companhia, em 31 de dezembro de cada ano.

Na data base de 31 de dezembro de 2024, a Companhia atingiu 10,30% de dívida líquida sobre o Lajida e não obteve previamente o waiver junto à instituição financeira para o período de verificação de 2024.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

A Companhia renegociou as cláusulas restritivas referentes ao contrato firmado junto ao Banco Itaú Unibanco, uma vez que estava inadimplente na data base 31 de dezembro de 2024, obtendo o waiver em 10 de abril de 2025 junto à instituição financeira. No entanto, a administração da Companhia optou pela não reclassificação para o passivo circulante do saldo da dívida ora apresentada no passivo não circulante, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Desta forma, a dívida relacionada segue classificada nestas demonstrações contábeis de acordo com o fluxo contratual originalmente estabelecido.

14. Arrendamentos

14.1 Direito de uso

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Direito de uso	493	-
Total	493	-

	31/12/2024	31/12/2023
Movimentação Ativo	-	-
Adição	668	-
Amortização	(175)	-
Saldo em 31 de dezembro 2024	493	-

14.2 Passivo de arrendamento

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo		
Arrendamento	498	-
Total	498	-

	31/12/2024	31/12/2023
Movimentação Passivo	-	-
Adição	668	-
Pagamentos	(186)	-
Encargos	16	-
Saldo em 31 de dezembro 2024	498	-

Em 2024, a Companhia inaugurou uma nova atração no Zoológico chamada (Acqua safari) que promove aos clientes um passeio de barco pelo lago São Francisco. Nessa operação, há um contrato de arrendamento que possui período locação de 12 meses e foi aplicado o CPC 06, conforme requerido pelas normas contábeis.

A Companhia reconhece os arrendamentos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e a despesa financeira. A despesa financeira é reconhecida no resultado durante o período do arrendamento.

A Companhia possui outros contratos de arrendamento de determinados equipamentos de escritório (como notebooks, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor, para os quais adota as isenções de reconhecimento propostas pela norma contábil.

15. Concessão de serviço público

	31/12/2024	31/12/2023
Outorga fixa direito de uso estacionamento	53.734	53.154
Ajuste ao valor presente - outorga fixa estacionamento	(41.336)	(39.575)
Contas a pagar outorga variável	91	64
Contas a pagar ônus de fiscalização	51	33
Total	12.540	13.676
Circulante	1.938	1.640
Não circulante	10.602	12.036
Total	12.540	13.676

Outorga fixa direito de uso estacionamento

Pela assinatura do contrato de concessão, a Companhia se obriga a pagar à Universidade de São Paulo (USP) uma contribuição fixa no total de R\$ 45.000, reconhecida e ajustada a valor presente, utilizando-se como taxa de desconto o custo médio ponderado de capital ("WACC"), conforme a orientação técnica OCPC 05, que será paga em 30 parcelas anuais de R\$ 1.500. Esses pagamentos ocorrem no mês de setembro de cada ano.

Os pagamentos são reajustados pelo IPC/Fipe desde a data que a Companhia venceu o leilão da concessão, que ocorreu agosto de 2020, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Universidade de São Paulo. Mais detalhes sobre a outorga fixa do direito de uso do estacionamento estão descritos na Nota Explicativa nº 4.

Movimentação Concessão de serviço público

Descrição	Saldo inicial	Adição	Pagamento	Atualização resultado (a)	Ajuste ao valor presente	Saldo em 31/12/2024
Outorga fixa direito de uso estacionamento	53.154	-	(1.941)	2.521	-	53.734
Ajuste ao valor presente - Outorga fixa estacionamento	(39.575)	-	-	-	(1.761)	(41.336)
Contas a pagar outorga variável	64	1.096	(1.069)	-	-	91
Contas a pagar ônus de fiscalização	33	384	(366)	-	-	51
Total	13.676	1.480	(3.376)	2.521	(1.761)	12.540

Descrição	Saldo inicial	Adição	Pagamento	Atualização resultado (a)	Ajuste ao valor presente	Saldo em 31/12/2023
Outorga fixa direito de uso estacionamento	53.371	-	(1.872)	1.655	-	53.154
Ajuste ao valor presente - Outorga fixa estacionamento	(41.936)	-	-	-	2.361	(39.575)
Contas a pagar outorga variável	12	791	(739)	-	-	64
Contas a pagar ônus de fiscalização	15	341	(323)	-	-	33
Total	11.462	1.132	(2.934)	1.655	2.361	13.676

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPC/Fipe.

16. Receita diferida

	31/12/2024	31/12/2023
Cessão de direito de uso estacionamento	42.295	44.602
Circulante	2.303	2.307
Não circulante	39.992	42.295
Total	42.295	44.602

Adiantamento para cessão de direito de uso do estacionamento do Zoológico de São Paulo e Jardim Botânico

Em abril de 2023, a Companhia arrendou o espaço do estacionamento do Zoológico e Jardim Botânico para a empresa PB Administradora de Estacionamentos Ltda. (“Indigo”) no valor de R\$ 45.000. O contrato tem vigência de 20 anos. O contrato de cessão do estacionamento foi totalmente antecipado durante o exercício de 2023 e a receita deverá ser apropriada ao resultado pelo tempo de vigência do contrato.

Além do pagamento da cessão de direito de uso descrita acima, a Indigo pagará mensalmente a título de repasse de cessão de área, durante todo o período do contrato e qualquer possível prorrogação, o valor correspondente a um percentual do resultado líquido médio, conhecido como (“Rol Médio”), calculado conforme a apuração do Rol mensal dos últimos seis meses de operação.

Os repasses são separados em duas faixas, a primeira prevê que, caso o resultado da apuração do Rol Médio seja inferior ou igual a R\$ 629 a Indigo não precisará repassar nenhum valor para a Companhia. A segunda faixa prevê que, caso o resultado de apuração do Rol Médio seja superior a R\$ 629, a Indigo fará o repasse de 90% do valor excedente para a Companhia.

16.1. Movimentação da receita diferida

A movimentação da receita diferida encontra-se demonstrada a seguir:

Descrição	Valor
Saldo inicial	-
Cessão de direito de uso do estacionamento	45.000
Adiantamento complementar (a)	1.106
Apropriação para resultado	(1.504)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	44.602
Apropriação para resultado	(2.307)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	42.295

(a) Em 31 de outubro de 2023, a Companhia recebeu um adiantamento complementar a título de antecipação da cessão de direito de uso do estacionamento.

Reconhecimento da receita da cessão de direito de uso do Estacionamento do Zoológico de São Paulo e Jardim Botânico

A receita do contrato de cessão de direito de uso está sendo reconhecida, conforme o tempo de contrato, sendo apropriados R\$ 192 por mês durante o período de 240 meses, na rubrica de receita de cessão de direito de uso estacionamento.

Em 31 de dezembro de 2024, foi apropriado R\$ 2.307 na rubrica de receita de cessão de direito de uso (R\$ 1.504 em 31 de dezembro de 2023).

17. Provisão para demandas judiciais

Os passivos contingentes são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, não possuía processos de natureza tributária, trabalhista ou cível com prognóstico provável.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

Processos judiciais não provisionados

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos contingentes, estimados para os processos judiciais cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Processo cível	701	726
Processos trabalhistas	1.346	535
Total	2.047	1.261

A Companhia é parte em processos cíveis em que é discutido alguns pedidos de indenizações por prejuízos e lucros cessante por parte de um fornecedor e indenizações por danos morais, no valor total de R\$ 701.

A Companhia tem em andamento dezessete processos de passivos trabalhistas, com defesas agendadas para o decorrer do primeiro semestre de 2025, no valor de R\$ 1.034.

De acordo com a legislação vigente, as declarações de imposto de renda entregues estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2024, não existindo processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento, mas a avaliação da Companhia é que não existam passivos adicionais que deveriam ser considerados em suas demonstrações contábeis.

Manutenção do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse

O Mandado de Segurança impetrado pela Reserva Paulista em 2022 teve sentença final proferida, favorável à manutenção da Companhia no Programa denominado Perse, o que resguardou juridicamente a prática adotada pela Companhia, visto que referida decisão transitou em julgado em maio de 2024.

Em 24 de março de 2025, a Receita Federal formalizou o encerramento do [Perse] por meio do Ato Declaratório RFB nº 2/2025, porém muitas empresas estão obtendo decisões judiciais favoráveis contrariando o ato da Receita. Em virtude disso, a Companhia impetrou Mandado de Segurança para discussão judicial do tema em busca de permanecer a usufruir do benefício, uma vez que a isenção possui natureza jurídica de benefício condicionado por prazo certo, o que impede sua revogação sem respeitar o direito adquirido.

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 88.579, representado por 88.579.000 ações de valor nominal R\$ 1.00 (um real) cada, composto da seguinte forma:

Acionistas	Ações	Valor	(%)
Oceanic Atrativos Turísticos S.A	56.220.112	56.220	63,47
Turita Participações Ltda	17.744.629	17.745	20,03
Geratec participações Ltda	9.299.518	9.299	10,50
Egypt Engenharia e Participações Ltda	5.314.741	5.315	6,00
Total	88.579.000	88.579	100,00

Aumento de capital social

Em 29 de janeiro de 2024, conforme ata de assembleia geral extraordinária, foi deliberado o aumento de capital da Companhia de R\$ 80.579 para 88.579, portanto, um aumento de R\$ 8.000, representando 8.000.000 de ações ordinárias nominativas, que foi integralizado por meio de adiantamento para futuro aumento de capital.

Alteração de controle societário da Concessionária

Em 26 de agosto de 2024, a Companhia recebeu a anuência do órgão regulamentador Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística – Semil para a alteração do controle societário da Reserva Paulista Administradora de Parques S.A. De acordo com o processo registrado sob o nº 020.00013484/2024-68, em que a sócia Livepark Entretenimento e Participações Ltda. deixará de figurar o quadro societário da Companhia, redistribuindo suas quotas para os demais acionistas, através da permuta de suas ações perante a Companhia, em troca da totalidade das ações da empresa Reserva Novos Parques Urbanos S.A. de acordo com o processo registrado sob o nº 133.00001786/2024-25 na Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo -- Arsesp.

Cessão de ações

Em 01º de setembro de 2025, conforme ata de assembleia geral extraordinária, foi deliberado a cessão da totalidade das ações da acionista Livepark Entretenimento e Participações Ltda, no montante de R\$ 37.203 representando 37.203.180 ações ordinárias e nominativas, para os sócios remanescentes na Companhia.

18.2. Adiantamento para futuro aumento de capital

No decorrer do exercício de 2024, os sócios efetuaram adiantamentos para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 66.430 e, posteriormente, o montante de R\$ 8.000 foi convertido em aumento de capital social, sendo R\$ 4.660 remanescente de 2023 e R\$ 3.340 do exercício de 2024, restando o valor de R\$ 63.090, que será integralizado durante o exercício de 2025 e está sendo apresentado a seguir:

Sócio	Total de aportes	Saldo em 31/12/2024
Oceanic Atrativos Turísticos S.A.	41.742	39.699
Turita Participações Ltda.	12.922	12.317
Egypt Engenharia e Participações Ltda.	4.821	4.475
Geratec participações Ltda	6.945	6.599
Total do exercício de 2024	66.430	63.090

18.3. Reserva legal

Será constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não constituiu reserva legal.

18.4. Distribuição de dividendos

Em 31 de dezembro de 2024, não houve a distribuição de lucros em função do resultado.

18.5. Resultado por ação da Companhia

O prejuízo básico por ação da Companhia é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações.

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas	(27.487)	(29.698)
Média ponderada da quantidade de ações do exercício	88.579	80.579
Prejuízo básico por ação da Companhia - R\$	(0,3103)	(0,3686)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

19. Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Venda de ingressos	49.860	49.780
Venda de mercadorias	6.900	5.272
Aluguel do estacionamento	-	2.039
Cessão de direito de uso estacionamento (a)	2.640	1.548
Locação de uso de espaço	11.755	6.315
Locação de carrinhos	1.093	857
Locação da fazenda	410	408
Outras receitas	135	97
Total	72.793	66.316
(-) Impostos sobre as vendas	(2.553)	(2.134)
(-) Devoluções e descontos	(195)	(407)
Total	(2.748)	(2.541)
Total	70.045	63.775

(a) No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, foi registrado o Rol Médio a favor da Companhia no montante de R\$ 333 (R\$ 77 de maio a dezembro de 2023).

20. Custo dos serviços prestados

	31/12/2024	31/12/2023
Custo com serviços prestados por terceiros (a)	(17.755)	(27.256)
Custos com pessoal (a)	(17.652)	(8.787)
Depreciação e amortização	(9.054)	(6.205)
Energia elétrica e água	(3.253)	(2.596)
Custo com a venda de mercadorias	(3.787)	(1.812)
Insumos para alimentação e tratamento animal	(3.007)	(2.624)
Consumo itens de almoxarifado geral	(2.590)	(2.658)
Locação de equipamentos e veículos	(2.011)	(1.632)
Manutenção de máquinas, equipamentos, veículos e imóveis	(559)	(1.008)
Ônus de fiscalização	(383)	(330)
Outorga variável	(822)	(754)
Provisão de repasse rol médio - cessão de direito de uso estacionamento	(834)	(27)
Outros	(1.366)	(1.283)
Total	(63.073)	(56.972)

(a) Em função dos custos elevados com serviços de terceiros nas atividades operacionais, a Companhia optou por efetuar a internalização de alguns processos, visando uma melhor gestão, economia e qualidade dos serviços.

Reflexos dessas ações podem ser observados quando comparamos a redução dos custos com serviços prestados por terceiros, no montante de R\$ 9.501, correspondente a 54%, e o aumento dos custos de pessoal, no montante de R\$ 8.865, correspondente a 50%, ao compararmos o período de 2024 com 2023. Nessa transição, foram três os principais grupos de prestadores de serviços envolvidos:

- 1) Tratadores e veterinários: rescisão dos fornecedores Amaro Julina e MR7, com impacto na contratação de 39 novos colaboradores;
- 2) Manutenção e infraestrutura: rescisão do fornecedor Agroambiental, com impacto na contratação de 22 novos colaboradores;
- 3) Limpeza e conservação: rescisão do fornecedor Amaro Julina, com impacto na contratação de 52 novos colaboradores.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

21. Despesas comerciais, gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal	(4.915)	(5.498)
Serviços prestados por terceiros	(7.161)	(5.953)
Publicidade e propaganda	(4.251)	(3.581)
Material gráfico - impresso e digital	(572)	(258)
Viagens e hospedagens	(1.262)	(213)
Locação de equipamentos	(163)	(129)
Depreciação e amortização	(798)	(153)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(103)
Despesas legais	(68)	-
Impostos e taxas	(575)	(183)
Lanches e refeições	(12)	(6)
Outras despesas	(3.095)	(1.166)
Total	(22.872)	(17.243)

22. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Ajuste ao valor presente	1.933	-
Rendimento de aplicações financeiras	270	287
Outras receitas financeiras	192	33
Total	2.395	320
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e variações monetárias outorga fixa estacionamento	(12.793)	(15.555)
Ajuste ao valor presente	-	(2.414)
Tarifas operadoras de cartões	(789)	(850)
Despesas bancárias	(248)	(451)
Descontos concedidos	(181)	(326)
Encargos passivo de arrendamento	(16)	-
Outras despesas financeiras	(19)	(2)
Total	(14.046)	(19.598)
Resultado financeiro líquido	(11.651)	(19.278)

23. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem aos impostos correntes.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço.

O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável/ajustado, acrescida do adicional de 10%, sendo feito as devidas deduções permitidas pelo regulamento do imposto de renda. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(27.487)	(29.698)
(+) Adições (i)	8.548	619
(-) Exclusões (i)	(7.433)	-
Base de cálculo	(26.372)	(29.079)
Alíquota de IRPJ - 15%	-	-
Alíquota adicional de IRPJ - 10%	-	-

Alíquota CSLL - 9%	-	-
Total do imposto de renda e contribuição social	-	-

(i) As adições e exclusões referem-se, principalmente, a provisões de prestadores de serviço e provisão de contas a pagar para partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não realizou o registro do imposto de renda e da contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Tal fato deve-se devido a administração da Companhia entender que devido ao estágio atual da Companhia e em função da posição conservadora em relação as projeções de resultado futuro, contudo, o reconhecimento será avaliado nos próximos períodos.

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados em contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nas datas dos balanços. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em contrapartida àquelas vigentes no mercado.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia e os respectivos efeitos nas demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue:

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

Riscos de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de curto prazo. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas pré-fixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2024, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1), a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de suas posições de risco apuradas em 31 de dezembro de 2024.

Decorre de a possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia relacionados a riscos relevantes são representados por aplicações financeiras, empréstimos e contas a pagar outorga fixa do estacionamento, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31 de dezembro de 2024.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Índice de Preços ao Consumidor (IPC-Fipe).

a) Ativos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 10,89% para o período de doze meses, foi definido como cenário provável. A partir deste, a administração da Companhia considerou o cenário possível com variação de 25% e cenário remoto com variação de 50% de deterioração para volatilidade da taxa de juros utilizando como referência a taxa média de fechamento em 31 de dezembro de 2024.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário:

	Notas	Posição em 31/12/2024	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Aplicações financeiras	5	908	Redução do CDI	10,89%	8,17%	5,45%
Receita financeira estimada				99	74	49

b) Passivos financeiros

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas as quais a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores do CDI e IPC-Fipe vigente nesta data, foi definido o cenário provável para o ano de 2024 e a partir deste, a administração da Companhia considerou o cenário possível com variação de 25% e cenário remoto com variação de 50% de deterioração para volatilidade da taxa de juros utilizando como referência a taxa média de fechamento em 31 de dezembro de 2024.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2024. A data-base utilizada para os empréstimos foi de 31 de dezembro de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade deles em cada cenário.

	Notas	Posição em 31/12/2024	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos	13	64.610	Aumento do CDI	10,89%	13,61%	16,34%
Despesa financeira estimada				7.036	8.793	10.557
Contas a pagar						
outorga fixa estacionamento	15	12.398	Aumento do IPC-Fipe	4,68%	5,85%	7,02%
Despesa financeira estimada				580	725	870

24.1. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2024 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos, contas a pagar, e concessão de serviço público.

Instrumentos financeiros	Nível	31/12/2024		
		Valor justo	Custo amortizado	Total geral
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2	1.164	-	1.164
Contas a receber	2	-	2.075	2.075
Total do ativo		1.164	2.075	3.239
Passivos financeiros				
Fornecedores	-	-	6.851	6.851
Empréstimos	2	-	64.610	64.610
Concessão de serviços públicos	3	-	12.540	12.540
Outras contas a pagar	3	-	1.123	1.123
Total do passivo		-	84.001	84.001

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros**

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- **Nível 1:** Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços;
- **Nível 2:** Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); e
- **Nível 3:** Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).
- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo;
- **Contas a receber:** As contas a receber são avaliadas pelo valor de realização e, quando aplicável, são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- **Fornecedores e partes relacionadas:** Apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado;
- **Empréstimos e financiamentos:** Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo; e

- **Concessão de serviço público e contas a pagar:** Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

25. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguro, segundo a cobertura contratada, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os riscos cobertos compreendem: Seguro de Transporte Nacional, Seguro de Transporte Exportação, Seguro de Transporte de Importação, Seguro de Responsabilidade Civil, Seguro Propriedade, Seguro D&O.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, são avaliadas pela administração da Companhia que entendem ser suficientes e adequadas para cobertura de riscos patrimoniais, operacionais e financeiros.

Não está incluído no escopo dos trabalhos dos auditores independentes, a avaliação quanto suficiência das coberturas de seguros contratadas, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela administração da Companhia.

Risco Coberto	Seguradora	Limite cobertura R\$ mil	Vigência
Fiança	Swiss	14.999	De: 11/08/24 até: 11/08/25
Responsabilidade civil	Ezze	5.000	De: 01/12/24 até: 01/12/25
Riscos nomeados	Avla	17.460	De: 01/12/24 até: 01/12/25
Auto Frota	Tokio Marine Seguro	300	De: 01/12/24 até: 01/12/25
D&O	Essor	20.000	De: 01/12/24 até: 01/12/25
Total		57.759	

26. Transações que não afetam caixa

A seguir estão apresentadas as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa.

	31/12/2024	31/12/2023
Transações de investimento		
Adição de direito de uso	668	-
Transações de financiamento		
Adição de contrato de arrendamento	668	-

27. Eventos subsequentes

Empréstimos

Em 01 de janeiro de 2025, a Companhia realizou captação de recursos, para gestão de capital de giro, no montante de R\$ 4.900 mil, a uma taxa de juros de 19,56% a.a., para liquidação em 48 parcelas com 6 meses de carência, com vencimento entre 06/02/2025 e 06/01/2029, tendo como garantia aval dos sócios pessoa jurídica e recebíveis.

Em 14 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou captação de recursos, para gestão de capital de giro, no montante de R\$ 4.900 mil, a uma taxa de juros de 18,86% a.a., para liquidação em 48 parcelas com 6 meses de carência, com vencimento entre 14/03/2025 e 14/02/2029, tendo como garantia aval dos sócios pessoa jurídica e recebíveis.

Em 05 de março de 2025, a Companhia realizou captação de recursos, para gestão de capital de giro, no montante de R\$ 5.000 mil, a uma taxa de juros de 3,53% a.a. e uma taxa referencial de 100% CDI, para liquidação em 36 parcelas com 6 meses de carência, com vencimento entre 07/04/2025 e 22/02/2028, tendo como garantia aval dos sócios pessoa jurídica e recebíveis.

Em 16 de abril de 2025, a Companhia realizou captação de recursos, para gestão de capital de giro, no montante de R\$ 4.266 mil, a uma taxa de juros de 4,28% a.a.e uma taxa referencial de 100% CDI, para liquidação em 36 parcelas com 6 meses de carência, com vencimento entre 16/05/2025 e 17/04/2028, tendo como garantia aval dos sócios pessoa jurídica e recebíveis.

Manutenção do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse

Em 24 de março de 2025, a Receita Federal formalizou o encerramento do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) por meio do Ato Declaratório RFB nº 2/2025. O programa, que havia sido instituído para apoiar empresas do setor de eventos durante a pandemia de Covid-19, atingiu o limite de R\$ 15 bilhões em renúncias fiscais, estipulado até dezembro de 2026, já no primeiro trimestre de 2025.

Com o término do Perse, a partir de 1ª de abril de 2025, as empresas beneficiárias, voltarão a recolher os tributos federais conforme as alíquotas vigentes no regime fiscal aplicável: PIS/Cofins (1,65% e 7,60%) e IRPJ/CSLL (15% e 9%).

Cabe ressaltar que, apesar do Ato da Receita decretando o fim do Perse, decisões judiciais estão garantindo a continuidade do benefício fiscal, juízes de diferentes estados entenderam que o encerramento do benefício foi feito de forma abrupta e contrária ao que está previsto na Lei nº 14.148/2021, que criou o Perse. Essa norma original estabelecia um prazo de 60 meses (até março de 2027) para as isenções de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

Renegociação de cláusulas restritivas de contrato de empréstimos – Banco Itaú Unibanco.

A Companhia renegociou as cláusulas restritivas referentes ao contrato firmado junto ao Banco Itaú Unibanco, uma vez que estava inadimplente na data base 31 de dezembro de 2024, obtendo o “waiver” em 10 de abril de 2025 junto à instituição financeira.

Cristiano Buerger Filho
Presidente

Henry Caus
Diretor Financeiro

Everaldo Pereira
CRC 1SP178103/O-6